

“O ‘Ensaio’, de Magalhães, e o ‘Projeto Brasil’: as origens da formação de uma herança histórico-literária”.

Tania Rebelo Costa Serra¹

Se a história das mentalidades não substitui a história política, nenhuma das duas pode tomar o lugar da história econômica que, por sua vez, também não cumpre as funções da história oral: ao eleger como seu objeto ou a análise das formas de produção da Idade Média, ou o estudo da iconografia bíblica, ou o exame filológico de antigos cantares d’amor ou mesmo os depoimentos de um moleiro acusado pela Inquisição, o escritor da história – historiador chamado – recorta, seleciona, elege. A constituição do objeto da história não se faz pela sagração de um destes textos (como legítimo) e a exclusão dos outros (como falsos): dialeticamente, cada um com cada outro e todos entre si correspondem à visão (fragmentada) do real que é possível construir-se em diferentes momentos (LAJOLO, 1994: 23-24).

¹ Universidade de Brasília (UnB); Professora Doutora, Adjunto IV.

Após a Independência do Brasil, o país viu-se diante de uma tarefa urgente: buscar a sua identidade nacional e cultural e, nessa busca, definir o que seria nossa História da Literatura, embora esses conceitos nem sempre tenham sido mencionados nos textos fundadores. Assim, este trabalho visa a mostrar o que estaria em palimpsesto por trás de um daqueles textos, o primeiro que lançaria as bases metodológicas para uma Historiografia brasileira – naquele momento ainda inexistente –, e para uma ideologia que permitiria aos historiadores do Romantismo ter as premissas com as quais iriam trabalhar, não só aquelas bases, mas também a elaboração do *corpus* de nossa literatura.

É nesse sentido que Regina Zilberman, em texto fulcral para a compreensão do período, afirma:

Frente à historiografia da literatura brasileira, forçoso é reconhecer que a classificação predominante decorre do conceito de nacional, fator que advém de suas condições de aparecimento, sobretudo as de ordem ideológica. (...) A história da literatura brasileira nasceu com o país a que se referia. (...) O relato, porém, apontava antes de tudo para uma **falta: narrar o quê?** Se a região acabava de conquistar sua autonomia política, somente a partir de então seus produtos culturais traduziriam alguma independência ideológica ou estética; nesse caso, não haveria o que contar. Se, pelo contrário, possuiu produção artística, poderia ela responder pelo país que, à época em que aparecera, ainda não existia? (...) (Por outro lado) **‘identidade nacional’** talvez tenha constituído o elemento de ligação entre as **necessidades ideológicas do país emergente e o material com que lidavam os historiadores**. O termo amplia o sentido da cor local. (...) Por consequência, consistiu no conceito por excelência que facultou a narração da história da literatura brasileira. (ZILBERMAN, 1999: 25-27, grifos meus).

Dessa maneira, aquela “falta” seria a problemática inicial que iria assombrar o jovem Gonçalves de Magalhães em Paris, onde fora estudar. Ali, em 1836, ele publica na Revista *Niterói* o “Ensaio sobre a História da Literatura do Brasil”, com o objetivo de tentar resolver as questões colocadas pelo paradoxo de nossa situação historiográfica. O estudante, então, iria tornar-se o desbravador do deserto que se mostrou ser a História Literária Brasileira. Por conseguinte, a taxonomia dessa História, que Magalhães tenta estabelecer no ensaio da *Niterói*, apresenta problemas. Assim, o ensaísta pergunta e responde:

A literatura de um povo é o desenvolvimento do que ele tem de mais sublime nas idéias (...) e o reflexo progressivo de sua inteligência. (...) Cada povo tem a sua literatura, como cada homem o seu caráter. (...) (Assim,) a literatura é variável como são os séculos. (...) Cada época representa então uma ideia, que marcha escoltada d’outras, que lhe são subalternas. (...) Aplicando-nos agora especialmente ao Brasil, as primeiras questões que se nos apresentam são: qual é a origem de sua Literatura? Qual seu progresso, seu caráter, que fases tem tido? Quais os que a cultivaram e as circunstâncias, que em diferentes tempos favoreceram, ou tolheram seu florescimento? (...) **Começamos por estudar a nossa história, e desde aí deparamos com grandes embaraços para o nosso escopo** (MAGALHÃES, 1836: 132-136, grifos meus).

Esses “embaraços” – ou faltas - queixa-se, referem-se, primeiramente, à quase impossibilidade de conseguir material para seu estudo, seja na Europa, seja no Brasil. Em adição a este grave problema, Magalhães segue tentando esclarecer os limites temporais utilizados em

seu método de pesquisa historiográfico, a saber: a quando poderiam ser traçadas as origens dessa literatura? A fim de definir esta questão primordial, diz o autor:

Eis aqui como o Brasil deixou de ser colônia, e à categoria de Reino Irmão foi elevado. Sem a Revolução Francesa², que tanto esclareceu os povos, este passo tão cedo não daria. (...) Aqui deve parar a primeira época da História do Brasil. (E) começa a segunda. (...) O primeiro (fato), como vimos, devido foi à Revolução Francesa, o segundo à promulgação da constituição em Portugal, e apressado pela volta do Rei a Lisboa. O Brasil então não podia mais viver debaixo da tutela de uma metrópole. (...) Necessário era a Independência. (...) (Assim) de duas distintas partes consta a história do Brasil, compreendendo a primeira os séculos XVI, XVII e XVIII; a segunda o curto espaço, que de 1808 até os nossos dias decorre. (...) É (apenas) no século XVIII que se abre a carreira literária no Brasil, sendo a do século anterior tão minguada, que apenas serve para a história. (...) (Por outro lado) **no século XIX (...) uma só ideia absorve todos os pensamentos, uma nova ideia até ali desconhecida, é a ideia da Pátria; ela domina tudo, tudo se faz por ela, ou em seu nome. Independência, Liberdade, instituições sociais, reformas, política enfim, tais são os objetos que atraem a atenção de todos, e os únicos que ao povo interessam** (MAGALHÃES, 1836: 150-152, grifos meus).

Dois aspectos principais emergem desse pequeno recorte do texto do ensaio: 1º) a literatura do Brasil começaria apenas no ano de 1808, quando o Brasil ascende ao *status* de Reino Unido, superando o de “apenas” colônia. Consequentemente, o espaço de tempo que o ensaísta tem, para definir os limites temporais dessa literatura, seria de apenas vinte e oito anos! E, 2º), vemos pela primeira vez a introdução do conceito icônico de “Pátria”, ideia-chave e subjacente ao paradigma ideológico a que se refere a hipótese deste trabalho, ou seja, de aprender, a partir da História, a definição de identidade nacional ou cultural, durante nosso Romantismo.

Curiosamente, no entanto, sobre o início da utilização desse conceito-chave, Regina Zilberman afirma que:

O sintagma ‘identidade nacional’ não aparece na historiografia romântica da literatura brasileira, tratando-se provavelmente de uma construção posterior da crítica literária de nosso país. (...) **O primeiro brasileiro a tratar do assunto deve ter sido Gonçalves de Magalhães**, pioneiro do nosso Romantismo, que descobriu a nova estética à beira do Sena. (...) Ele deve ter encontrado também o critério da nacionalidade, embora não se saiba se chegou a ler o “Bosquejo” de Garrett. (...) Em 1865, Gonçalves de Magalhães reeditou, com alterações, o estudo, incluindo-o nos *Opúsculos Históricos e Literários*, lançados pela Garnier. As modificações são significativas, porque a única menção feita ao ‘caráter nacional’ ocorre na segunda versão do texto, quando o autor substituiu a frase: ‘Aqui terminaremos a vista geral sobre a história da literatura do Brasil, desta literatura não no país nascida’, por: ‘Aqui terminaremos a vista geral sobre a história da literatura do Brasil, dessa literatura **sem um caráter nacional pronunciado**, que a distinga da portuguesa’ (ZILBERMAN, 1999: 28-35, grifos meus).

Assim sendo, o ensaio de 1836 deixa em palimpsesto aquele “sintagma”, utilizando, metonimicamente, o conceito mais geral de “Pátria” em seu lugar. Deste surge o ponto de partida para a elaboração consciente de um *corpus* para a literatura brasileira, retroagindo ao ano de

² Comentário típico do clima de lusofobia que dominava o país após a Independência.

1808. Esta será uma questão fulcral dentro da problemática da formação de uma herança para a História da Literatura Brasileira, como bem o viu Regina Zilberman, que diz:

A nacionalização da poesia aparece para Magalhães na condição de um programa a ser executado. (...) **Criar a poesia nacional transformou-se na tarefa de sua geração.** (...) A situação, contudo, deixava a literatura brasileira numa situação paradoxal: ela dispunha doravante de ‘caráter nacional’, mas ficava de mãos vazias, sem passado, numa época em que possuir história e ancestrais era sintoma de existir (ZILBERMAN, 1999: 37-38, grifo meu).

Em verdade, prefiro chamar aquela tarefa de “Projeto Brasil”, tal a magnitude, parece-me, daquele planejamento cultural, não apenas no âmbito da literatura, mas, de um modo geral, no da cultura. Penso também poder afirmar que esse “Projeto” vai ser rigorosamente executado pelos membros do futuro *think tank* que será o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Desta casa, fundada no Rio de Janeiro em 1838, e com a ajuda do programa de ação forjado e implementado pelos jovens do grupo da Revista *Niterói*, vão emergir os principais temas em torno dos quais girará a nascente História da Literatura, durante nosso Romantismo, quase todo incluído no âmbito do II Reinado. Não me parece haver dúvida, portanto, sobre a existência de um planejamento proposital relacionado àquele “Projeto Brasil”, ou, como pensa Zilberman, na execução deliberada da tarefa daquela geração.

No entanto, se, segundo Magalhães, temos um período de apenas vinte e oito anos para extrair da História o *corpus* da literatura brasileira, é necessário, antes de qualquer coisa, definir o que é essa literatura. E o jovem, ironicamente, assim o faz, a partir do exemplo de nosso Arcadismo:

A poesia do Brasil não é uma indígena civilizada, é uma grega, vestida à francesa e à portuguesa e climatizada no Brasil. É uma virgem do Hélicon, que (...) se apraz ainda com as reminiscências da Pátria, cuida ouvir o doce murmúrio da Castália, e o trépido sussurro do Lódon e do Ismeno, e toma por um rouxinol o sabiá, que gorjeia entre os galhos da laranjeira (MAGALHÃES, 1836: 146).

Em seguida, o poeta fluminense vai entrar na essência mesmo de sua tese e chega aos conceitos ideológicos. A fim de elucidá-los, nenhum outro estudioso sintetizou-os melhor do que Antônio Soares Amora. Eis, em suas poucas palavras, como fica resumido o “Ensaio”:

Estavam, finalmente, definidas, para os franceses interessados no Brasil, e principalmente para nós mesmos, as premissas de uma concepção da cultura e da ‘literatura nacional’ brasileira.

Primeira premissa: A cultura e a literatura brasileira começaram a se definir já no século XVI.

Segunda premissa: O regime colonialista português, dado seu despotismo, prejudicava o desenvolvimento autônomo e fecundo dessa cultura.

Terceira premissa: As culturas indígenas do Brasil, não fosse a sua destruição pelos colonizadores, teriam contribuído decisiva e ponderavelmente para a nossa cultura nacional.

Quarta premissa: A natureza brasileira, pela sua prodigiosa vitalidade e beleza, era altamente propícia ao ‘gênio’ artístico.

Quinta premissa: Com a independência do Brasil, com os estímulos que os brasileiros recebiam de sua natureza e com a recuperação da contribuição indígena – tudo se podia esperar da cultura e da literatura *brasileira*.

Estavam definidas, finalmente, - insisto – pelos brasileiros, as premissas de seu nacionalismo e de seu Romantismo (AMORA, 1977: 89).

A escolha do substantivo premissa por Amora é extremamente significativa, já que, aqui, ele deve ser tomado ao pé da letra, ou seja: como cada uma das proposições que compõem um silogismo. É o que faz Magalhães: sem dispor de critérios temporais autóctones, ou sequer de textos que compusessem uma Historiografia nacional - além de lidar com um contexto de forte lusofobia -, o ensaísta vê-se compelido a forjar um passado literário para a pátria. Portanto, passa a fazê-lo recorrendo primeiramente a um raciocínio silogista, para, em seguida, utilizar o do mito, ao atribuir aos índios uma poesia oral, anterior, portanto, à chegada dos europeus. Consequentemente, ficaria assim estabelecida a linha mítico-temporal demarcatória necessária para a definição de um possível começo para a literatura brasileira, que, não fora a presença portuguesa, poderia ter sido situada não mais em 1808, mas antes do século XVI. Por outro lado, essa origem ficaria também situada não em um tempo cronológico “normal”, e sim no tempo do mito, que tudo permite.

Contudo, se havia necessidade de recorrer a esse tempo do mito para construir o tempo nacional, havia ainda mais necessidade, através de uma descrição transbordante de ufanismo, de traçar os contornos do povo gerador daquela literatura. E ratifica-se, em seguida, uma série de mitos da nacionalidade, que, embora não criados em 1836 - pois que poderiam ser identificados, por exemplo, já na prosa barroca da *História da América Portuguesa*, de Sebastião da Rocha Pitta -, serão ali ratificados, embora já em outro nível, agora legitimados pelo viés do embasamento ideológico do nacionalismo. Na verdade, eles permearão toda a literatura romântica.

Refiro-me, entre outros, aos mitos do Brasil grande, da pátria mãe, da natureza majestosa, do povo de gênio, que, metonimicamente, refere-se à poesia que aqui é ou poderá ser produzida, mimetizando a grandeza da nação que a gera. Vejamos como os expressa o ensaísta:

Aqui terminamos a vista geral sobre a história da literatura do Brasil, desta literatura não no país nascida. Antes porém de entrarmos na descrição e análise dos escritores, uma questão se levanta e requer aqui ser tratada, questão concernente ao País e aos seus indígenas. Pode o Brasil inspirar a imaginação dos Poetas? E os seus indígenas cultivaram a Poesia? (...) Tão geralmente conhecida é hoje esta verdade, que a disposição e caráter de um país a mais decisiva influência exerce sobre o físico e moral de seus habitantes.

(...) Este imenso e rico país da América, debaixo do mais belo céu situado, cortado de tão pujantes rios, que sobre leitos d’ouro e pedras preciosas rolam suas águas caudalosas; este vasto terreno revestido de eternas matas, onde o ar está sempre embalsamado com o perfume de tão peregrinas flores, que em chuveiros se despenham os verdes dóceis pelo entrelaçamento formados dos ramos de mil espécies; estes desertos, remansos, onde se anuncia a vida por esta voz solitária da cascata, que se despenha, por este doce murmúrio das auras, que se embalançam nas folhas das palmeiras, por esta harmonia grave e melancólica das aves e dos quadrúpedes; este vasto Éden separado por enormíssimas montanhas sempre esmaltadas de verdura, em cujo tope, colocado se crê o homem no espaço, mais chegado ao céu que à terra, e debaixo de seus pés vendo desnovelar-se as nuvens, roncar as tormentas e disparar o raio. Com tão felizes disposições da natureza, o Brasil necessariamente inspirar devera seus primeiros

habitadores; os brasileiros e poetas nascer deviam. Quem o duvida? Eles o foram, eles ainda o são. Por alguns escritos antigos sabemos que várias tribos índias pelo talento da música e da Poesia se avantajavam. Entre todos a dos Tamoios (MAGALHÃES, 1836: 153-155).

Por fim, fica “fechado”, subrepticamente, o raciocínio mítico-ideológico que embasará o conceito de identidade nacional, presente em várias das tentativas, logo a seguir, de historiadores de nossa literatura, na primeira metade do século XIX, e origem de nossa herança historiográfica futura. E incluo também nessa categoria os romancistas do império, que, tal qual Balzacs tupiniquins, traçaram e produziram, não só a pequena história do país, mas também a História da Literatura que necessitávamos. Por outro lado, fico imaginando o alívio que deve ter sido, para aqueles historiadores do “nada”, o aparecimento em 1843 da “Canção do Exílio”, de Antônio Gonçalves Dias, seguida, em 1846, da publicação dos *Primeiros Cantos*. Enfim! *Habemus Corpus!*

Houve desonestidade no estabelecimento das premissas do escritor? Não me parece, já que aquela era a única possibilidade de raciocínio dentro do contexto da época. Outrossim, houve má fé nas escolhas, tanto metodológicas quanto ideológicas de Magalhães? Mais uma vez, não o creio, já que o forjamento daquele “Projeto Brasil”, do qual ele foi um dos mentores, pedia explicitamente a criação de prolegômenos que embasassem os critérios para uma Historiografia nacional que, repito, não poderiam ser diferentes naquele contexto histórico-cultural lusófono. Do mesmo modo, não havia material de pesquisa que pudesse comprovar suas hipóteses? Isto não teria a menor importância, pois que o universo do mito prescinde de provas. E, finalmente, não havia fatos literários? Que se os criassem! E pronto, siga-se adiante com a formação de uma História da Literatura brasileira, herança para as futuras gerações de historiadores, já que, apenas assim, o caminho ficaria desbravado para a enunciação de uma possível tradição histórica.

Concluindo, penso ser possível dizer que o “Ensaio sobre a História da Literatura do Brasil” é mais do que apenas um texto fundador; é o texto que estabelece, embora em palimpsesto, os prolegômenos mítico-ideológicos que permitirão a criação das bases metodológicas e de um *corpus* literário, que embasarão uma futura Historiografia brasileira. Assim, aqueles paradigmas possibilitarão, não só a edificação de estudos futuros, como também servirão para nortear nossos pesquisadores, no sentido de fornecer-lhes os conceitos iniciais com os quais poderão explicitar a identidade nacional e cultural, ideia-chave para a construção da tão desejada disciplina, o que, inclusive, o próprio Gonçalves de Magalhães vai fazer na segunda versão de seu texto, em 1865. Penso ser possível afirmar, portanto, que é ali naquele texto fundador que está a origem da formação da herança histórico-literária que chega aos dias de hoje.

Bibliografia

- AMORA, Antônio Soares. *O Romantismo. A Literatura Brasileira*. SP: Cultrix, 1977, vol. II, 5ª ed.
- CÉSAR, Guilhermino (seleção e apresentação). *Historiadores e Críticos do Romantismo. I – A Contribuição Européia*. SP: Editora da Universidade de São Paulo, 1978.
- JOBIM, José Luís. *A Poética do Fundamento. Ensaio de Teoria e História da Literatura*. Niterói, RJ: Editora da Universidade Federal Fluminense, 1996, cap. V: “História da Literatura”.
- LAJOLO, Marisa. “Literatura e História da Literatura: Senhoras muito Intrigantes”. In Mallard, Leticia (org) *et alli. História da Literatura: Ensaio*. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1994, p. 19-36.
- MAGALHÃES, Domingos José Gonçalves de. “Ensaio sobre a História da Literatura do Brasil”. In *Niterói – Revista Brasiliense*. Paris: Dauvin et Fontaine, Libraires, 1836.
- MOREIRA, Maria Eunice e Regina Zilberman (orgs). *O Berço do Cânone*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1998.
- ZILBERMAN, Regina. “História da Literatura e Identidade Nacional”. In Jobim, José Luís (org.). *Literatura e Identidades*. RJ: J. L. J. S. Fonseca, 1999, p. 23-55.